

RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO/FAMÍLIA NO ATENDIMENTO ESCOLAR DE ALUNOS COM TDAH EM RIO BRANCO/ACRE

*José Júnior Pereira Araújo
Ademárcia Lopes de Oliveira Costa*

Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar uma análise sobre a relação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos adquiridos das experiências dos professores do ensino fundamental no trato com os alunos com Transtorno do Déficit de Atenção Hiperatividade – TDAH – na sala de aula regular. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória - descritiva, realizada com o uso da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo em 03 escolas da rede estadual de ensino fundamental, anos iniciais (1º ao 5º), em que se aplicou um questionário fechado e uma entrevista semiestruturada a 19 professores. A análise dos dados deu-se por meio da técnica de Análise de Conteúdo com referência em Bardin (2011). Os resultados mostram que os participantes compreendem que o principal sintoma do TDAH são os baixos níveis de atenção. O Estado do Acre reconhece a existência do transtorno, mas não o identifica, não o contabiliza no próprio sistema de monitoramento e avaliação, corroborando com o processo de invisibilidade destes estudantes. Além disso, constata-se que ter a família como parceira da escola e dos professores é desejável para o sucesso acadêmico, principalmente dos alunos que são público-alvo da Educação Especial. Conclui-se que não há um diferencial no atendimento a estes estudantes que, assim como os demais alunos que são público-alvo da Educação Especial, podem ter profissionais de apoio especializado e atividades diferenciadas/adaptadas.

Palavras-chave: atendimento escolar; escola inclusiva; estudantes com TDAH.

TEACHER X STUDENT/FAMILY RELATIONSHIP IN SCHOOL CARE FOR STUDENTS WITH ADHD IN RIO BRANCO/ACRE

Abstract

This study aims to present an analysis of the relationship between scientific knowledge and the knowledge acquired from the experiences of elementary school teachers in dealing with students with Attention Deficit Hyperactivity Disorder – ADHD in the regular classroom. This is a qualitative, exploratory - descriptive research, carried out using a bibliographic review and field research in 03 schools of the state elementary school network, initial years (1st to 5th), in which a closed questionnaire was applied and a semi-structured interview with 19 teachers. Data analysis was performed using the Content Analysis technique with reference to Bardin (2011). The results show that participants understand that the main symptom of ADHD is low levels of attention. The State of Acre recognizes the existence of the disorder, but does not identify it, does not account for it in the monitoring and evaluation system itself, corroborating the process of invisibility of these students. In addition, it appears that having the family as a partner of the school and teachers is desirable for academic success, especially for students who are the target audience of Special Education. It is concluded that there is no difference in the service to these students who, like the other students who are the target audience of Special Education, can have specialized support professionals (Educational Assistant or Mediator) and differentiated/adapted activities.

Keywords: school service; inclusive school; students with ADHD.

RELACION DOCENTE X ESTUDIANTE/FAMILIA EN LA ATENCIÓN ESCOLAR A ESTUDIANTES CON TDAH EN RIO BRANCO/ACRE

Resumen

Este estudio tiene como objetivo presentar un análisis de la relación entre el conocimiento científico y el conocimiento adquirido a partir de las experiencias de los profesores de la escuela primaria en el trato con los estudiantes con Trastorno por Déficit de Atención e Hiperactividad - TDAH - en el aula regular. Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria - descriptiva, realizada mediante revisión bibliográfica e investigación de campo en 03 escuelas de la red estatal de escuelas primarias, años iniciales (1° a 5°), en las cuales se aplicó un cuestionario cerrado y una entrevista semiestructurada con 19 profesores. El análisis de datos se realizó mediante la técnica de Análisis de Contenido con referencia a Bardin (2011). Los resultados muestran que los participantes entienden que el principal síntoma del TDAH son los bajos niveles de atención. El Estado de Acre reconoce la existencia del trastorno, pero no lo identifica, no lo contabiliza en el propio sistema de seguimiento y evaluación, corroborando el proceso de invisibilidad de estos estudiantes. Además, parece que tener a la familia como socio de la escuela y los maestros es deseable para el éxito académico, especialmente para los estudiantes que son el público objetivo de la Educación Especial. Se concluye que no existe un diferencial en la atención a estos alumnos que, al igual que los demás alumnos que son el público objetivo de la Educación Especial, pueden contar con profesionales de apoyo especializados y actividades diferenciadas/adaptadas.

Palabras clave: Asistencia a la escuela; Escuela inclusiva; Estudiantes con TDAH.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um fragmento da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre/Ufac, intitulada “A regulamentação do atendimento de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na perspectiva da inclusão escolar em Rio Branco/Acre” (PPGE/2022).

Para a análise dos dados fizemos uso da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), que resultou em três categorias. Neste recorte, apresentamos apenas uma categoria, a intitulada “a relação professor X aluno/família no atendimento escolar de Alunos com TDAH”.

Nessa direção, temos como objetivo apresentar uma análise sobre a relação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos adquiridos das experiências dos professores do ensino fundamental no trato com os alunos com TDAH na sala de aula regular.

A metodologia adotada volta-se para uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório-descritivo, com uso da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo em 03 escolas da rede estadual, de ensino fundamental, anos iniciais (1° ao 5°), no qual aplicou-se um questionário fechado e uma entrevista semiestructurada a 19 professores. Conforme já mencionado, a análise dos dados deu-se por meio da técnica de Análise de Conteúdo com referência em Bardin (2011). Além disso, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê

de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Acre (CEP-UFAC) sob protocolo n°. 48296421.1.0000.5010.

Para embasamento teórico fizemos uso de autores como Cardoso (2009), Benzick (2010), Mattos (2014), Oliveira (2014), Silva (2014), Teixeira (2014), Green (2015), Rotta (2016), Cavalcante e Neto (2021) e legislações como Brasil (2008; 2021) e Acre (2015).

Este estudo está organizado da seguinte maneira: introdução, ora apresentada contendo o tema, o objetivo, a metodologia e a organização do artigo; em seguida, a seção teórica intitulada “Compreendendo o que é o TDAH: Diferentes Olhares”; dando sequência, a segunda seção contendo as “Análises e Discussões: A relação professor x aluno/família no atendimento escolar de alunos com TDAH”; e, por fim, as considerações Finais e as Referências utilizadas na produção.

Apresentamos a seguir as definições de TDAH segundo autores especialistas no assunto, bem como as principais características e as nomenclaturas mais utilizadas para identificar os estudantes com este transtorno.

Compreendendo o que é o TDAH: Diferentes Olhares

Iniciamos apresentando qual é a definição do conceito de *transtorno*. Para isso, buscaremos a definição na psiquiatria. O DSM-V¹ define o transtorno como:

Anormalidades de atenção (foco exagerado ou distração fácil) são comuns em pessoas com transtorno do espectro autista, assim como é a hiperatividade. Um diagnóstico de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade deve ser considerado quando dificuldades atencionais ou hiperatividade excedem o tipicamente encontrado em indivíduos de idade mental comparável (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 58).

Segundo a *American Psychiatric Association* (2014), o transtorno é uma anormalidade na atenção, afetando pessoas com autismo, e na hiperatividade, que é elevada se comparada aos demais indivíduos de mesma idade. Ou seja, para que seja feito o diagnóstico, é preciso que sejam observados os comportamentos das crianças numa mesma faixa etária, estando classificada como um transtorno do neurodesenvolvimento.

Passos (2015, p. 63), afirma que “O TDAH é um transtorno neurobiológico. Não se trata de um transtorno específico da aprendizagem”. O que levanta o questionamento de o porquê da PNEEPEI (BRASIL, 2008) enquadrá-lo como Transtorno Específico da Aprendizagem – TEAp, visto que o TDAH compromete vários aspectos na vida do estudante, não somente a aprendizagem.

Visto qual é a definição da nomenclatura *transtorno*, agora faz-se necessário pontuar como os pesquisadores da área definem ou caracterizam o que é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH.

Na leitura de Barkley² (2020, p. 57) trata-se de “[...] um transtorno no desenvolvimento do autocontrole”.

¹ Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais em sua 5ª edição, tendo sua primeira publicação em 18 de maio de 2013.

² Este autor utiliza o termo Transtorno do Déficit de Atenção “com” Hiperatividade.

Rotta (2016) afirma que

Sabe-se hoje que o TDAH é uma síndrome heterogênea, um dos maiores problemas clínicos e de saúde pública, que acomete crianças, adolescentes e adultos, causando grande impacto na sociedade pelo alto custo, pelo estresse envolvido, pelas dificuldades acadêmicas, pelos problemas de comportamento e pela baixa autoestima. O TDAH é definido por meio de duas vertentes: a dificuldade para manter um bom nível de atenção e a hiperatividade com impulsividade (ROTTA, 2016, p. 276).

Além disso, a autora afirma também que o transtorno pode atingir tanto o sexo feminino quanto o masculino. No entanto, observa-se: No sexo feminino, há um predomínio de desatenção como expressão clínica, enquanto no homem são mais expressivas a hiperatividade e a impulsividade [...] (ROTTA, 2016, p. 276).

Corroborando a afirmação da autora, para Green (2015, p. 13) há realmente um índice maior de casos de TDAH entre os meninos ao afirmar que “O TDAH é geralmente um problema de “garotos”: os meninos são seis vezes mais encaminhados ao médico que as meninas. No entanto, é provável que a taxa real na população seja de 3:1”. Afirmar esta que pode nos revelar o motivo de haver nas escolas grande índice de diagnósticos de TDAH de meninos por evidenciar a hiperatividade e a impulsividade que salta aos olhos de pais e professores, enquanto as meninas se mantêm quietas e distraídas, dificilmente sendo notadas, mas que podem ter o transtorno em silêncio (GREEN, 2015).

Mattos (2014) descreve que o transtorno afeta cerca de 5% das crianças (e metade disto em pessoas adultas) e tem como característica níveis de desatenção e inquietude maiores do que o observado na grande maioria das crianças ou adultos na mesma faixa etária. É um transtorno neurobiológico, com falhas de amadurecimento em algumas regiões do cérebro e muitos estudos apontam que possui influência genética.

Silva (2014) afirma que a criança com TDAH tem noção de seus comportamentos impulsivos e das consequências que eles trazem, porém não consegue contê-los. Além disso, as crianças são muito novas para refletirem sobre questões complexas de convivência social, o que as levam a se sentirem desajeitadas e inadequadas.

Segundo Green (2015) 50% das crianças com este transtorno apresenta alguma dificuldade de aprendizagem específica. Geralmente são nas áreas da leitura, escrita, ortografia ou no campo matemático. Isso é reflexo da dificuldade de concentrar-se de forma natural, tal qual outras crianças que não apresentam o transtorno. E afirma que “É muito dura a escola quando a criança não consegue se concentrar, organizar seu trabalho e fixar-se em uma tarefa, e é mais difícil ainda quando há problemas não reconhecidos sobre aprendizagem e linguagem” (GREEN, 2015, p. 41).

Deste modo, a partir dos conceitos apresentados por alguns dos pesquisadores sobre o tema, esclarecemos que compreendemos o TDAH neste estudo como um transtorno que compromete os níveis de atenção em todos que possuem tal diagnóstico, podendo apresentar ou não a hiperatividade motora e a impulsividade.

A partir da leitura de Green³ (2015), é possível afirmar que o transtorno acontece a partir de um desequilíbrio que ocorre no cérebro do indivíduo, causando assim uma disfunção, o TDAH. Para o autor, “A disfunção do TDA/H parece ser decorrente de um desequilíbrio dos neurotransmissores cerebrais, noradrenalina e dopamina. Esse desequilíbrio é encontrado principalmente nas áreas do cérebro responsáveis pelo automonitoramento e pela noção de limites” (GREEN, 2015, p. 12).

Para Teixeira (2014, p. 14)

Os sintomas são responsáveis por muitos prejuízos na vida escolar dos jovens acometidos, além de problemas de relacionamento social e ocupacional. Além disso, o impacto negativo do transtorno para o portador pode interferir também na vida de familiares, amigos, colegas de escola e dos membros da comunidade em que vivem.

Os escritos de Silva⁴ (2014, p. 16) nos apresentam uma definição característica das pessoas que apresentam o transtorno ao afirmar que “O TDAH se caracteriza por três sintomas básicos: desatenção, impulsividade e hiperatividade física e mental. Costuma se manifestar ainda na infância, e, em cerca de 70% dos casos, o transtorno continua na vida adulta”.

A escritora Benczick⁵ (2010), esclarece que o transtorno, quando não diagnosticado a tempo, pode gerar sérios prejuízos à vida de quem o tem, principalmente na infância: “O TDAH tem um grande impacto na vida familiar, escolar e social da criança” (BENCZICK, 2010, p. 25).

Após apresentarmos a visão e a contribuição destes autores sobre o TDAH, podemos afirmar que o transtorno pode acometer todas as pessoas, independente do ambiente familiar, do grau socioeconômico, de escolaridade, sexualidade, religiosidade ou fator cultural. É possível afirmar, ainda, que, o TDAH é um transtorno neurobiológico que afeta consideravelmente os níveis de concentração, causando hiper foco ou, o que mais é recorrente, a falta de foco. Segundo os autores citados nos parágrafos acima, vimos que é um transtorno que causa dificuldades no autocontrole, falta de noção de limites e baixa autoestima.

A criança com esse diagnóstico passa a ter a vida conturbada em diversos aspectos. O primeiro é o familiar, quando os pais são responsabilizados pela falta de comportamento adequado da criança, acarretando castigos, agressões físicas ou verbais. O segundo é social, quando a criança passa a se tornar indesejada em festas de aniversários ou visitas em casas dos amigos dos pais ou até mesmo de parentes. E principalmente, o terceiro, escolar, quando se torna o aluno-problema.

³ Este autor em todo o livro utiliza a sigla TDA/H, colocando o sinal gráfico (/), entre Atenção/Hiperatividade, dando-nos a entender que também acredita que o transtorno possa se manifestar de formas diferentes no indivíduo, assim como Silva (2014).

⁴ A autora ao longo do livro usará o termo “TDA”, para se referir ao indivíduo com este transtorno. Ela afirma que: “Assim, com um único propósito de facilitar a leitura, resolvi utilizar a sigla TDA para designar o déficit de atenção em toda a sua gama de manifestações – com ou sem hiperatividade física - e para adjetivar as pessoas que apresentam este modo diferente de ser” (SILVA, 2014, p. 16). Também: “Uma pessoa com o comportamento TDA pode ou não apresentar hiperatividade física, mas jamais deixará de apresentar forte tendência a dispersão.” (SILVA, 2014, p. 24).

⁵ Esta autora utiliza a sigla TDAH oriundo do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais, o DSM-IV, que em 1994, apresentou a nomenclatura Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade.

Com o intuito de aprofundarmos um pouco mais o assunto, apresentaremos na próxima seção, os dados empíricos, sistematizados com o uso da análise de conteúdo, visando compreender o que dizem os docentes sobre o TDAH e sobre o aluno com TDAH.

Foram 03 categorias criadas a partir das falas dos entrevistados. Contudo, apresentaremos neste artigo apenas a categoria intitulada de “A relação professor x aluno/família no atendimento escolar de alunos com TDAH”.

Análises e Discussões: atendimento escolar de alunos com TDAH

Nesta seção, apresentamos como se desvenda a relação entre os sujeitos da escola, os professores, os alunos com TDAH e também entre os familiares destes alunos, visto que em muitas falas os familiares foram citados direta e indiretamente. Desse modo, esta categoria é composta por dois temas: “1. O conhecimento sobre o TDAH: da teoria à empiria”; e “2. O papel da família como (in)sucesso escolar”.

O primeiro tema, “**O conhecimento sobre o TDH: da teoria à empiria**”. Ao explicitarem o que sabem sobre o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, os participantes afirmaram:

São alunos que tem dificuldades de aprender, de se concentrar. Alunos que não conseguem aprender igual aos outros. São crianças que não tem atenção na hora de fazer atividades, não conseguem se concentrar, são hiperativos, são impulsivos, são alunos que tem essa dificuldade (PARTICIPANTE CE2)⁶.

O que eu entendo de TDAH é que é um aluno que tem uma deficiência intelectual de hiperatividade ou de déficit de atenção que atrapalha um pouco dependendo do grau, dependendo do comportamento familiar (...) (PARTICIPANTE GE1).

Eu não tenho conhecimento de nada específico do aluno com TDAH (...) (PARTICIPANTE GE3).

Eles têm muita dificuldade com regras, eles têm muitas dificuldades na concentração. Entre isso, engloba tudo que a concentração ele acaba prejudicando a aprendizagem dele (...) (PARTICIPANTE PAEE3).

O TDAH ele tem a desatenção, não fica muito tempo sentado, como também ele não é muito organizado. Ele se “desliga” muito fácil das atividades, se distrai ao fazer leitura ou escrita (...) (PARTICIPANTE PM2).

Com exceção da fala do participante GE3, todos os demais participantes compreendem que o TDAH é um transtorno que compromete a atenção do estudante e

⁶ Para mantermos sigilo quanto aos nomes dos participantes da pesquisa, identificamos estes profissionais com as seguintes siglas: Gestores (GE), Coordenadores de Ensino (CE), Coordenadores Pedagógicos (CP), Professores de Classe (PC), Professores do Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e Professores Mediadores (PM).

mencionam termos como “não tem atenção”, “déficit de atenção”, “dificuldades na concentração” e “desatenção”.

Seja por conhecimento adquirido por experiências, por busca individual ou através de formação continuada, os participantes citam o que está de acordo com os teóricos, visto que muitos afirmam que a principal característica do TDAH são os baixos níveis de atenção. Para Silva (2014, p. 23) “Esse é, com certeza, o sintoma mais importante no entendimento do comportamento TDAH, uma vez que tal alteração é condição *sine qua non* para se efetuar o diagnóstico”. A autora afirma também que nem sempre o indivíduo com TDAH pode manifestar a hiperatividade ou a impulsividade, mas a desatenção sim.

Ao longo das respostas também identificamos outros termos que conversam com o que existe na literatura sobre o TDAH, situações como “são hiperativas, são impulsivas”, “dificuldades com regras”, “não fica muito tempo sentado, como também ele não é muito organizado”, “se desliga muito fácil das atividades” são termos que encontramos detalhados por estes escritores de forma quase que idêntica aos relatos dos professores, como nas palavras de Teixeira (2014, p. 4): “Essa criança também pode ser agitada e inquieta, não consegue permanecer sentada, abandona a cadeira em sala de aula ou durante o almoço, por exemplo. Está sempre a mil por hora, como se estivesse ligada em tomada 220 volts”.

Retomando a fala do participante GE1, mesmo com todo o conhecimento sobre as características apresentadas pelos participantes com TDAH, ainda existe certa confusão sobre a nomenclatura, quando a participante fala “O que eu entendo de TDAH é que é um aluno que tem uma deficiência intelectual de hiperatividade ou de déficit de atenção [...]”.

Conforme apresentado no referencial teórico, é consenso entre os teóricos da área que o TDAH não é considerado uma deficiência, mas sim um transtorno neurológico. Mattos (2014, p. 86) afirma que “[...] deve-se a falhas no processamento de amadurecimento de certas regiões cerebrais. Ele é um transtorno com grande influência na genética”. E observando a Lei Estadual n.º 3.112/2015, afirma-se que “O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH” (ACRE, 2015, Art. 1º) e a Lei Federal 14.254/2021 “O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem” (BRASIL, 2021, Art. 1º). Em suas respectivas redações, afirmam se tratar de um transtorno e não fazem menção de que para efeitos legais deverá ser considerado uma deficiência, mesmo havendo um P.L. que está em tramitação para que o torne.

O participante GE3, mesmo tendo formação inicial em Pedagogia, atuar com alunos público-alvo da Educação Especial há 10 anos, e esteja concluindo uma especialização em Educação Especial, foi bem franco em sua resposta ao esclarecer que não há nenhum conhecimento específico sobre o TDAH. Cardoso (2009, p. 247) nos mostra que “É inquestionável a relevância que o professor tem na história do desenvolvimento cognitivo e psíquico da criança, a este profissional caberá observar diariamente, durante o período de aula, o que não é possível o aluno controlar em relação aos sintomas que caracterizam o TDAH”. Isso nos dá um indício da falta de formação continuada sobre a temática para estes profissionais.

Na fala da participante PM2, foi dito que “[...] se distrai ao fazer leitura ou escrita”. Como estes alunos possuem o nível de atenção muito baixo, é evidente que isso se torna um reflexo no momento de realizar leituras de textos com muitos parágrafos ou ter que se

concentrar em escrever redações ou atividades que exijam foco na escrita, principalmente se o assunto não for da sua área de interesse.

Sobre as dificuldades na escrita, Benczick (2010, p. 44) afirma que

A criança com TDAH pode demonstrar uma falha importante na produção escrita, devido ao déficit de visual motor, causando desta forma, dificuldade de coordenação viso-motora e, conseqüentemente baixa resposta motora. Pode apresentar dificuldades em tarefas nas quais tenha de escrever, desenhar e copiar.

Por isso, justifica-se um acompanhamento específico na sala de aula junto ao aluno para que possa auxiliá-lo nesse momento de dificuldade, seja na leitura ou na escrita, como apresenta a Lei Estadual n.º 3.112:

Educandos com TDAH, que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita ou instabilidade na atenção que repercutam na aprendizagem, devem ter assegurado o acompanhamento específico voltado a sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da própria escola na qual estão matriculados, podendo contar com apoio e orientação da área de saúde, da assistência social e de outras políticas públicas existentes no Estado (ACRE, 2015, Art. 3º).

Como vimos nas respostas apresentadas pelos participantes, boa parte destes professores compreendem e sabem quais as características apresentadas pelos alunos com TDAH. Isso talvez seja devido à experiência do contato direto ou indireto com estes estudantes nas escolas que trabalham, conforme apresentado nas falas anteriormente. Não fica claro se são informações oriundas de formação continuada ou de pesquisas realizadas partindo da iniciativa do próprio profissional.

A discussão em relação ao entendimento sobre a nomenclatura sobre o TDAH nos levou a questionarmos como estes estudantes são identificados pela escola no Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Educacional do Acre (SIMAED)⁷, que tem por finalidade apresentar informações detalhadas sobre os estudantes para toda a rede escolar e órgãos da SEE, implementado em 2014 no estado.

Os alunos com Transtorno do Espectro Autista, por força de lei estadual, são considerados estudantes com deficiência (ACRE, 2015), mas com TDAH não, tanto que ao acessarmos o site da SIAMED vimos que não há uma opção de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade para registrar o estudante, caso tenha o transtorno. Por isso, perguntamos aos participantes como estes estudantes com TDAH são incluídos no SIMAED. Mesmo sendo uma demanda burocrática, de responsabilidade da secretaria da escola, obtivemos as seguintes respostas:

O transtorno, o TDAH no SIMAED a gente colocou... a gente coloca é na nomenclatura dos deficientes, como a deficiência intelectual. Por que no SIMAED em si não tem uma nomenclatura exclusivamente para o TDAH (PARTICIPANTE CE1).

⁷ Reportagem sobre o lançamento do SIMAED disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/see-lanca-sistema-integrado-de-monitoramento-e-avaliacao-educacional-acre/> Acesso em: 29/02/2022

Eles são lançados lá como alunos com deficiências, igual está aqui nesta listinha aqui, é como eu te falei a maioria dos alunos com TDAH eles também são autistas (PARTICIPANTE CP2).

São lançados como alunos com deficiência. São alunos público-alvo do atendimento do AEE e entram como alunos deficientes no SIMAED. Como deficiente físico ele não entra, é mais para a parte do intelectual, mas também tem um termo específico no SIMAED para este aluno e eu não me recordo agora. Mas tenho certeza que ele entra como aluno deficiente (PARTICIPANTE GE2).

No sistema SIMAED não consta todas as opções de deficiências, a gente consegue esclarecer melhor no campo da área da saúde, porque lá a gente tem a oportunidade de descrever qual o diagnóstico, qual o profissional, no momento eu não consigo te afirmar se tem essa opção TDAH, mas eu acho que não tem [...] (PARTICIPANTE GE3).

[...] acredito, não tenho certeza, que ainda não foi lançado o TDAH no sistema. É descrito o comportamento e na maioria das vezes até como deficiência intelectual. Porque nem sempre a gente consegue colocar (PARTICIPANTE PAEE3).

Como havíamos discutido anteriormente, o TDAH é um transtorno que pode estar associado ao TEA, o que faz com que este estudante seja inserido no SIMAED apenas com a especificação de autista e anulando ou camuflando o TDAH, visto que no próprio sistema não existe esta opção para ser marcada.

Em alguns casos, quando há sensibilidade por parte da equipe gestora, como no caso da fala do participante GE3, é acrescentado no campo específico da área da saúde que o estudante também possui o diagnóstico para o TDAH. No entanto, é unânime, na fala dos participantes, que não recordam ou que não há a opção de inseri-los apenas como TDAH.

Porém, também está presente na fala destes participantes, como no caso do CE1, GE2 e PAEE3, que os estudantes com o diagnóstico de TDAH entram no SIMAED como estudantes com Deficiência Intelectual. No entanto, Passos (2015, p. 67) define que a Deficiência Intelectual é caracterizada por “[...] limitações significativas no funcionamento intelectual da pessoa e no comportamento adaptativo, habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos 18 anos de idade”. E para o TDAH a autora define como um transtorno “[...] ligado ao desenvolvimento neurobiológico que interfere diretamente no comportamento, contudo, por desequilibrar os mecanismos de atenção e memória [...] (PASSOS, 2015, p. 62), nos mostrando que há uma diferença significativa e bem distinta entre ambas as nomenclaturas descritas.

O que nos faz levantar um alerta sobre a possibilidade deste equívoco, assim como nas escolas pesquisadas, estar ocorrendo em outras escolas de Rio Branco, bem como em toda rede pública estadual, visto que o TDAH e a Deficiência Intelectual divergem completamente em suas características, acompanhamento e formas de intervenção pedagógica.

Quando em nossa fala trazemos que pode haver a possibilidade deste equívoco estar ocorrendo em toda rede pública estadual, além das falas dos participantes que mencionam este fato, também nos baseamos no documento Plano Pedagógico da Educação Especial para Atividades Não Presenciais no Período de Pandemia na Rede Pública de Ensino do

Estado do Acre (ACRE, 2020), que na introdução descreve as ações e quem são o público-alvo da educação especial no estado

A Divisão de Educação Especial está ligada ao Departamento de Modalidades Educacionais Especiais e à Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre, sendo responsável por desenvolver ações inerentes às políticas públicas em educação especial para garantir condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem no ensino comum dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH, dislexia, discalculia, disortografia e distúrbio do processamento auditivo central (ACRE, 2020, p. 2).

Contudo, observamos uma discrepância: mesmo o documento afirmando que os estudantes com TDAH são incluídos como público-alvo da Educação Especial, eles não aparecem no gráfico apresentado pelo mesmo documento, conforme abaixo:

Figura 2 – Dados da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino



Fonte: Censo Escolar 2019/Divisão de Gestão e Monitoramento de Dados Escolares/SEE-AC

Ao observarmos o gráfico, notamos que existe uma disparidade significativa do percentual dos estudantes com Deficiência Intelectual comparada às demais deficiências, um processo que por coincidência é muito similar ao que ocorre também com o gráfico elaborado pelo INEP (2021) (ver gráfico 01 desta dissertação), levando em conta que o TDAH é um dos transtornos mais comum na infância e muito presente nas escolas. O gráfico nos faz acreditar que realmente as escolas (por orientação da própria SEE/AC, conforme alguns participantes confidenciaram) incluem os estudantes com TDAH dentro do campo da Deficiência Intelectual.

Afinal, se os estudantes com TDAH são considerados alunos público-alvo da Educação Especial para o governo do estado do Acre, tendo a Lei n.º 3.112/2015 como legislação principal de apoio educacional e o reconhecimento através da Instrução Normativa (ACRE, 2018), já deveriam ser acompanhados devidamente pelo SIMAED. O estado reconhece a existência do transtorno, mas não o identifica, não o contabiliza no próprio

sistema de monitoramento e avaliação, corroborando o processo de invisibilidade destes estudantes.

Sabemos que a participação ativa dos familiares é um fator que agrega muito no bom desempenho educacional de todos os estudantes. Ter a família como parceira da escola e dos professores é desejável para o sucesso acadêmico, principalmente dos alunos que são público-alvo da Educação Especial.

No entanto, os dados coletados nas entrevistas nos evidenciaram que os participantes em sua maioria responsabilizam ou credibilizam boa parte do insucesso escolar dos alunos aos pais, o que nos leva ao segundo tema desta categoria em análise intitulado **O papel da família como (in)sucesso escolar**. Ao comentarem sobre quais as dificuldades e os desafios em se trabalhar com estudantes com TDAH, os participantes explicaram da seguinte forma:

É mais essa questão mesmo, daquele aluno que é mais agressivo, assim alguns pais que não acompanham também, tem casos de pais que não acompanham, que não dão aquele apoio que a gente precisa (PARTICIPANTE CE2).

Principalmente o apoio familiar [...] (PARTICIPANTE CP1).

Para ser sincera acho que a maior dificuldade que a gente encontra infelizmente é pela parte dos pais (PARTICIPANTE CE3).

De lidar com o déficit da desatenção, agressividade, impulsividade, irritação, isolamento social. Nosso grande desafio é incluir o aluno e alguns casos até mesmo a família que não aceita que o filho tenha o transtorno e fica difícil para a escola planejar estratégias que sejam importantes na vida do aluno (...) (PARTICIPANTE PAEE2).

O primeiro desafio é em relação à família e outra é com relação a disponibilizar profissionais para este aluno. Também proporcionar cursos de formação mais específicos para essa área (PARTICIPANTE PC2).

Os participantes deixam claro o quanto estes profissionais sentem a necessidade do apoio familiar na escola. Alguns profissionais até mesmo chegam a creditar ser responsabilidade dos pais alguns comportamentos atribuídos aos estudantes ou pela não aceitação do transtorno ou por “falta de limites na educação em casa”.

Alguns pais, por terem tido uma infância marcada por diversas formas de agressões, preferem não utilizar dos métodos que foram criados para com seus filhos, conforme descreve Oliveira (2014, p. 37):

Alguns pais, por terem sido educados de maneira rígida, autoritária, sem liberdade de expressão e de ação, começam a se questionar sobre sua vida e passam a lidar com seus filhos de maneira diferente, sendo muito permissivos. No começo, riem quando a criança chora e grita, mas com o tempo se assustam com estes mesmos comportamentos, porém não conseguem reverter o quadro.

Quando nos direcionamos para o estudante com TDAH, a situação fica ainda mais delicada, visto que estes alunos possuem nas escolas, em sua maioria, o estigma de “alunos-problema”, o que faz os professores questionarem se não seria isso falta de limites impostos pelos pais em casa. No entanto, é neste momento que deveria ter tato e conhecimento adequado para que se possa convocar os pais na escola, segundo Barkley (2020, p. 236):

Em muitos casos, os problemas da criança são apontados por algum funcionário da escola. Os pais costumam ser informados de que seu filho está se comportando de modo diferente e inconveniente antes de ele chegar à pré-escola, vindo da creche ou do maternal. Às vezes, porém os funcionários não dizem nada, e então os pais, que podem estar apenas suspeitando da existência de um problema, não procuram imediatamente assistência.

Dessa forma, é dentro deste contexto que seria ideal que todos os professores, seja coordenação pedagógica ou equipe gestora, e principalmente os que atuam na classe, diretamente em contato com o estudante, tivessem o conhecimento necessário para identificar os sinais característicos do TDAH de forma precoce, como prevê a Lei Estadual n.º 3.112, no artigo 1º, parágrafo único (ACRE, 2015).

No entanto, resgatando a fala do participante G3, apresentada no tema anterior, “Eu não tenho conhecimento de nada específico do aluno com TDAH [...]” nos causa preocupação sobre como as escolas públicas estaduais do Acre têm identificado e se planejado para o atendimento escolar destes estudantes.

De acordo com Cardoso (2009, p. 248), o professor deve estar atento a todas as características possíveis para saber diferenciar e identificar os casos de TDAH em sua sala de aula ou na escola, para não cair em possíveis diagnósticos errôneos e “[...] não deixar que o grau de irritabilidade causado pelo comportamento inadequado do aluno interfira, comprometendo na qualidade e na veracidade dos fatos registrados e observados pelo professor”.

A angústia ou a necessidade de encontrar algum culpado, ou responsabilizar alguém pelo baixo desempenho em sala de aula, faz com que os professores também já exaustos atribuam o comportamento dos estudantes com TDAH à criação dos pais.

Barkley (2020, p. 176) faz uma defesa dos pais destas acusações, quando esclarece que:

Simplesmente não há evidência disponível que apoie esse ataque aos pais para explicar o TDAH, e por outro lado há muita evidência contrária a isso, o que nos faz perguntar quais seriam os motivos daqueles que continuam a fazer essas asserções bizarras e fortemente desmentidas pela ciência de que certo comportamento dos pais em relação aos filhos podem causar o TDAH.

Cardoso (2009) chama atenção para a necessidade da parceria entre escola, professores e familiares nesse processo de identificação e acompanhamento do estudante com TDAH. No entanto, notamos que essa parceria não acontece da forma esperada quando lemos a fala dos participantes acima, quando afirmam que a dificuldade é o apoio familiar.

Contudo, se é um transtorno neurobiológico, como afirmado anteriormente, como pode ser resultado da forma como os pais criam seus filhos? Segundo Green (2015, p. 58)

Vinte e cinco anos atrás, a maioria dos psiquiatras australianos e ingleses acreditavam que o mau comportamento era resultado do estresse familiar e um fraco desempenho na atuação dos pais. Quando a criança era diagnosticada com TDA/H, toda a culpa era colocada nos pais, sem qualquer menção de biologia, cérebro ou dos benefícios da medicação.

Oliveira (2014) apresenta outro fator que pode ocorrer nos casos de alguns estudantes, a sobrecarga de trabalho que muitos pais enfrentam diariamente, ocupando todo seu tempo, que deveria ser compartilhado no acompanhamento destes estudantes na escola e em outros profissionais, sentindo-se culpados e compensam fazendo as vontades dos estudantes ou sendo menos rígidos e ativos quando necessário. Green (2015) também apresenta que muitos pais podem “afastar-se totalmente” diante dos problemas causados pelos seus filhos na escola, por encontrarem-se deprimidos por fatores diversos, bem como a dificuldade em controlar a situação.

Na fala do participante PAEE2, identificamos uma situação que não foi mencionada pelos demais participantes, quando assegura que “Nosso grande desafio é incluir o aluno e alguns casos, até mesmo a família, que não aceita que o filho tenha o transtorno [...]”, situação que também acontece com os pais destes estudantes, a não aceitação do transtorno.

Green (2015, p. 61) afirma: “O TDA/H é real; está no cérebro da criança e, em curto prazo, o TDA/H não irá embora. Até que esse fato seja aceito e as concessões feitas, você não chegará a lugar algum. Aceitar e adaptar nossas atitudes são os primeiros passos para o sucesso dos pais”. E, realmente, com a falta de parceria com a escola e uma busca de ajuda com uma equipe multiprofissional, geralmente composta por um fonoaudiólogo, psicólogo, neuropediatra, terapeuta ocupacional e psicopedagogo, fica mais difícil da escola traçar estratégias de atendimento para este estudante.

Barkley (2020, p. 236) também menciona que “Numa pequena, mas significativa minoria dos casos, os pais não procuram ajuda profissional para o seu filho com TDAH ou não foram aconselhados a fazer isso, e o filho já está há vários anos na escola”. Por isso, reafirmamos que a relação dos pais com a escola/professor pode ser uma relação de extremos, visto que pode haver ou não essa parceria, que é tão importante para o atendimento escolar do aluno com TDAH.

No artigo 6º da Lei Estadual n.º 3.112/2015 é previsto que:

O Estado deve garantir através da sua administração direta e indireta a flexibilização do horário de trabalho para que um dos responsáveis possa acompanhar seu filho ao tratamento multiprofissional, consultas médicas e acompanhamento no período de provas escolares.

Para os pais destes estudantes que são servidores do governo do estado do Acre, é permitido que estes tenham flexibilidade na carga horária de trabalho para acompanharem seus filhos nos diversos compromissos que lhes são exigidos, o que já é louvável, mas nem todos, mesmo sendo parte do funcionalismo público, têm acesso a estas informações. E a lei não se estende aos pais de alunos que atuam fora do serviço público estadual.

Por fim, acreditamos que esse impasse entre família e escola deveria ser intermediado através de ações do poder público, oferecendo serviços de acompanhamento não somente aos estudantes com TDAH, mas também aos familiares e às escolas que atendem estes alunos, pois estes também se encontram, muitas vezes, cansados e/ou despreparados. Desta forma,

com estas ações, é previsto pela Lei Estadual n.º 3.112 (ACRE, 2015) unir estes dois elos (família e escola) em prol de um único objetivo: o desenvolvimento integral do estudante com TDAH.

Teixeira (2014) afirma que os problemas comportamentais em crianças e adolescentes com TDAH afetam toda a família e que intervenções que ofereçam informação e orientação aos pais seriam essenciais. O autor chama de “tratamento psicoeducacional”, o qual consiste em um conjunto de ações e estratégias que visem ao aprendizado de pais e também de cuidadores sobre o TDAH. O Estado poderia assumir este papel para a formação não somente de professores, mas também dos familiares, pois muitos desses sentem-se com sentimento de culpa, de negação e até mesmo de preconceito diante do transtorno dos filhos.

Considerações Finais

Finalizamos este estudo compreendendo sua relevância em trazer para a pauta uma temática que ainda é pouco discutida, principalmente nos cursos de pós-graduações em Educação das universidades federais da região norte, apontando que o TDAH é um transtorno neurobiológico que afeta os níveis de atenção e o comportamento do indivíduo, que pode apresentar hiperatividade e impulsividade. O que pode lhe causar dificuldades em diversas esferas sociais, principalmente a familiar e a educacional. E que existe uma necessidade de atualização na PNEEPEI de 2008 que o caracteriza como um transtorno específico da aprendizagem e não inclui estes estudantes como público-alvo da Educação Especial, contrapondo o entendimento dos diversos autores que foram apresentados neste artigo e que versam sobre a temática.

Tivemos como objetivo apresentar uma análise sobre a relação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos adquiridos das experiências dos professores do ensino fundamental (1º ao 5º ano) no trato com os alunos com TDAH na sala de aula regular em Rio Branco (AC).

As inferências nos revelaram que os participantes sabem quais as características principais do TDAH que são principalmente a desatenção, podendo ter a hiperatividade ou não. Além disso, vimos que alguns destes profissionais apresentam um conceito equivocado sobre o transtorno, e até mesmo a própria Secretaria de Educação não reconhece o TDAH e solicita que eles sejam inseridos como alunos com deficiência intelectual no SIMAED. Além disso, os participantes relatam que sentem a ausência dos pais/responsáveis por esses estudantes na escola e, acreditam que o comportamento desatento e hiperativo seja um reflexo da má criação e que os faz terem (in)sucesso na escola desconsiderando os estudos científicos sobre o transtorno.

Finalizamos compreendendo a importância da existência de legislações que dão visibilidade e garantem a inclusão e escolarização do estudante com TDAH, assim como a Lei n.º 3.112/2015 no estado do Acre. E que estas legislações sejam executadas através de políticas públicas que incentivem mais formações continuadas aos professores e que possam incentivar a parceria e a presença efetiva dos familiares nas escolas contribuindo com o desenvolvimento e sucesso escolar destes alunos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed.; M. I. C. Nascimento, Trad. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.

ACRE (Estado). **Lei n.º 3.112 de 29 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a identificação, o diagnóstico, acompanhamento integral e atendimento educacional escolar para estudantes da educação básica com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2016/02/Lci3112.pdf>

ACRE (Estado). **Instrução Normativa Nº. 001 de 30 de janeiro de 2018**. Regulamenta diretrizes pedagógicas e administrativas sobre o atendimento educacional especializado, no âmbito da educação básica no Estado do Acre. Disponível em: <https://www.escavador.com/diarios/612207/DOEAC/unico/2018-02-05?page=6> Acesso

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

BRASIL. **Lei 14.254 de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461>

BENCZIK, Edvleine Belline Peroni. **Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade: atualização diagnóstica e terapêutica: um guia de orientações para profissionais**. Edyleine Belline Peroni Benezik; colaboradores Luis Augusto P. Rohde, Marcelo Schimith. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CARDOSO, Diana Maria Pereira. O fazer pedagógico diante do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade no contexto escolar. In: DÍAZ, Félix. (org.). et al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CAVALCANTI, Ana Maria Leite. NETO, Geraldo Bezerra Cavalcanti. Dificuldades para a aprendizagem ou transtornos específicos da aprendizagem? In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. (Org). **Desafios da inclusão escolar**. [recurso eletrônico] Lúcia de Araújo Ramos Martins, organizadora. – João Pessoa: Ideia, 2021.

GREEN, Christopher; CHEE, Kit. **Filhos Inquietos**. São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional Ltda, 2015.

MATOS, Paulo Eduardo Luiz de. Dificuldade Específica de Aprendizagem – TDAH: como identificar e gerenciá-la. In: OLIVEIRA, Gislene de Campos. (Org). et. al. **Educar Crianças, grandes desafios: como enfrentar?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Gislane de Campos. Relação entre pais e filhos: Como enfrentar a birra e colocar limites. In: OLIVEIRA, Gislane de Campos. (Org). et al. **Educar Crianças, grandes desafios: como enfrentar?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ROTTA, Newra Tellechea. Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Aspectos Clínicos. In: OHWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos; ROTTA, Newra Tellechea. **Transtornos da Aprendizagem: uma abordagem neurobiológica e Multidisciplinar.** [recurso eletrônico] / Organizadores, Newra Tellechea Rotta, Lygia Ohlweiler, Rudimar dos Santos Riesgo. 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2016.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes inquietas: TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade** / Ana Beatriz Barbosa Silva. 4. ed. São Paulo: Globo, 2014.

TEIXEIRA, Gustavo. **Desatentos e hiperativos** [recurso eletrônico]: manual para alunos, pais e professores / Gustavo Teixeira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: BestSeller, 2014.

Informações do(a)(s) autor(a)(es):

José Júnior Pereira Araújo
Mestre em Educação
Universidade Federal do Acre

Ademárcia Lopes de Oliveira Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
<http://orcid.org/0000-0001-9570-6660>